

# Novo Cenário no Ensino Básico: Adequações, Transformações e Perspectivas Para A Educação Pós-Pandêmica

Wanderley David Lopes<sup>1</sup>, Walteno Martins Parreira Junior<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do curso de Pós-graduação Lato sensu em Tecnologia, Linguagens e Mídias em Educação, IFTM Campus Uberlândia Centro, e-mail: wanderley.lopes@estudante.iftm.edu.br.

<sup>2</sup>Mestre em Educação, Professor EBTT, IFTM Campus Uberlândia Centro, e-mail: waltenomartins@iftm.edu.br.

**RESUMO:** A Escola Básica na Educação Brasileira enfrentou e ainda enfrenta um cenário complexo pós-pandemia. A busca pela equidade, à adaptações às novas tecnologias e à garantia de uma educação de qualidade são prioridades que se tornaram mais evidentes. O desafio reside em aprender com as lições da pandemia e trabalhar em direção a um sistema educacional mais resiliente, inclusivo e preparado para os desafios tecnológicos educacionais. A gestão escolar em tempo pós-pandêmico exige uma abordagem flexível e centrada na realidade do aluno, com foco na tecnologia, bem-estar emocional e aprendizado de qualidade. As mudanças aceleradas durante a pandemia COVID-19 podem ser a base para uma educação mais inclusiva, adaptável e relevante. Certamente, a Educação Básica brasileira já é palco de inevitáveis e complexas transformações estruturais.

**Palavras-Chaves:** Pós-pandemia; Equidade; Gestão escolar; Novas tecnologias.

**ABSTRACT:** Basic Education in the Brazilian Educational System has faced and continues to face a complex post-pandemic scenario. The pursuit of equity, adaptation to new technologies, and the guarantee of quality education have become more evident priorities. The challenge lies in learning from the lessons of the pandemic and working towards a more resilient, inclusive, and technology-ready educational system. School management in the post-pandemic era requires a flexible approach that is student-centered, with a focus on technology, emotional well-being, and quality learning. The accelerated changes during the COVID-19 pandemic can serve as the foundation for a more inclusive, adaptable, and relevant education. Certainly, Brazilian Basic Education is already witnessing inevitable and complex structural transformations.

**Keywords:** Post-pandemic; Equity; School management; New technologies.

## 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. PANDEMIA, TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO BÁSICO E INCLUSÃO DIGITAL

Na sociedade contemporânea o conhecimento tecnológico e científico, a informação cada vez mais veloz, e modelos e técnicas de aprendizagem se constituem em inserções inevitáveis no cotidiano social e educacional.

O atual estágio técnico-científico-informacional impôs à sociedade moderna inúmeras e rápidas mudanças. Nesse contexto, a organização e reorganização das propostas de ensino e aprendizagem, inovações e adequações nos currículos e mudanças nas práticas educacionais no ambiente escolar são necessárias.

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para a educação em todo o mundo e o sistema educacional brasileiro não foi exceção. A Escola Básica, que abrange a Educação Infantil e os Ensino Fundamental e Médio, passou por uma série de transformações significativa no período pós-pandêmico, refletindo as complexidades e impactos dessa crise global.

Durante os momentos mais críticos da pandemia as escolas foram forçadas a fechar suas portas como parte das medidas de distanciamento social. Isso levou a uma transição rápida para o ensino remoto, muitas vezes sem infraestrutura suficiente e desigualdade de acesso à internet e dispositivos. Embora tenham sido feitos esforços para implementar aulas online e fornecer materiais educacionais, ficou claro que o aprendizado presencial é insubstituível, especialmente para o estudante mais jovem que depende do ambiente escolar para o desenvolvimento socioemocional e a integração com os colegas.

A experiência da pandemia destacou desigualdades pré-existentes na educação brasileira. Alunos de famílias de baixa renda muitas vezes tiveram acesso limitado à educação à distância devido à falta de dispositivos e conectividade, agravando as disparidades educacionais e consequentemente a busca por iniciativas que minimizassem essas desigualdades com a distribuição de tablets e a criação de pontos de acesso Wi-fi em comunidades carentes.

É oportuno e necessário reformular e reorientar as práticas educacionais, buscar novas formas de ensinar e aprender.

Experiência vivida que pode ter deixado diversos impactos negativos. não apenas na aprendizagem, mas no desenvolvimento socioemocional causado pelo isolamento social e o distanciamento do ambiente escolar. As mudanças que

ocorreram no convívio com a família e a rotina modificada irão novamente se transformar.

Com a suspensão das aulas presenciais, o domínio e a utilização das novas tecnologias, como mídias digitais, tomaram-se necessidades básicas, porém, o nível de dificuldade para lidar com tecnologias digitais do corpo docente ainda é alto.

Segundo Costa, Duqueviz e Pedroza (2015), surge outro desafio no uso dos recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, a falta de formação na área, fazendo com que muitos profissionais se tornem resistentes ao uso e à incorporação de novas tecnologias na sala de aula e deixem de utilizá-las.

A educação precisa estar conectada aos desafios e oportunidades da sociedade digital e, em concomitância, a escola deve conhecer a atual realidade de implementação de políticas e métodos educacionais de inclusão digital e do nível, qualitativo e quantitativo, de acessibilidade à rede de internet no ambiente escolar dos alunos, professores, gestores e demais componentes da comunidade escolar.

O impacto da pandemia do coronavírus (COVID-19), a partir de março de 2020, sobre a escola pública foi transformador - tempo de isolamento social e de interrupção das aulas presenciais, implementação do ensino remoto e consequente ausência das atividades pedagógicas para boa parte dos estudantes, devido à falta de acessibilidade digital. Isso fez aflorar um sentimento de improdutividade nos professores. Para alunos que não têm acesso à internet, a defasagem pedagógica tomou-se ainda maior.

A pandemia reforça a importância da conectividade para o trabalho decente na escola pública. As tecnologias digitais, antes da pandemia, já eram demandadas no cotidiano de professores e alunos. E agora é uma necessidade para a continuidade das atividades.

A pandemia teve um impacto significativo na educação provocando mudanças abruptas na forma de como as aulas são conduzidas e como os alunos aprendem. À medida em que as situações evoluem e com o início da pós-pandemia, várias perspectivas e tendências podem moldar o futuro da educação básica: Tecnologia Integrada. A pandemia acelerou a adoção de tecnologias na educação. A integração contínua de ferramentas digitais, plataformas de aprendizagem online e recursos multimídias pode se tornar uma característica permanente na educação básica.

No entanto, persistem preocupações em relação à qualidade do ensino e à formação adequada dos professores para lidar com essas mudanças. A capacitação em Tecnologia docente e metodologias inovadoras é fundamental para que os educadores estejam preparados para enfrentar os desafios contemporâneos da sala de aula.

No intuito de se adequar ao novo contexto que a era digital vem trazendo, a escola precisa se inserir e repensar suas metodologias, currículo e ferramentas pedagógicas. Novos objetos de aprendizagem que englobam a tecnologia podem trazer recursos colaborativos para o ensino aprendido dos alunos, explorando novas possibilidades de ensinar com tecnologia (BEIRA; NAKAMOTO, 2016).

Como prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a escola precisa aderir competências e habilidades desenvolvidas com o uso da tecnologia, tendo em um dos seus principais conceitos a utilização computacional afim de facilitar e incorporar ferramentas digitais específicas nas atividades do cotidiano escolar (BRASIL, 2000).

Além disso, a pandemia provocou reflexões sobre os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem. Educadores foram desafiados a compensar suas abordagens pedagógicas, explorando novas formas de engajar os alunos em ambientes virtuais e presenciais. O uso de tecnologia na educação ganhou destaque com a implementação de plataformas de ensino online, recursos multimídia e ferramentas de colaboração. A aprendizagem personalizada também tem sido mais valorizada, permitindo que os alunos tenham ritmos e estilos de aprendizagem diferentes.

Objetivando melhorias na qualidade e equidade no ensino público, a apresentação de políticas educacionais que garantam o acesso à internet com conexão de qualidade para todos os componentes da escola de educação básica, levou ao debate sobre inovações no ensino básico e a inclusão digital como importante ferramenta para o avanço nos processos educacionais e a diminuição das desigualdades sociais.

## 1.2. INDEFINIÇÕES NO TEMPO PÓS-PANDÊMICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para que seja efetivado um ensino-aprendizagem de qualidade, deve-se antes problematizar e explicar a realidade do espaço escolar, que é único (ambiente e clima

escolar), para proporcionar mudanças positivas ou contestá-las para a condução do processo de democratização da escola.

São relevantes e oportunos os questionamentos e as indagações que inquietam pais e professores, gestores e demais integrantes da comunidade escolar acerca das perspectivas e inevitáveis transformações que se estabelecerão nas escolas de ensino básico.

Ainda não há respostas definitivas e tranquilizadoras para tais indagações. Mas são fortes os indícios de que nos próximos anos letivos a educação básica no Brasil será palco de inevitáveis e complexas transformações estruturais. São inúmeras as preposições em busca de soluções e do abrandamento dos problemas preexistentes ampliados pela pandemia e outros causados por ela: adequações nas propostas curriculares que contemplem ações de redução da atual e alarmante defasagem pedagógica; uso de ferramentas digitais e objetos de aprendizagem que complementem as propostas pedagógicas e promovam a inclusão digital; formação e aperfeiçoamento do corpo docente e de gestores que possibilitem o desenvolvimento e a consequente melhora na qualidade do ensino, tanto nos aspectos didático-pedagógicos como no acesso às novas tecnologias

### 1.3. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO – TICs E O ENSINO APRENDIZAGEM NA ESCOLA BÁSICA

As tecnologias da informação desempenham um papel cada vez mais importante no ensino e aprendizagem nas escolas básicas (Ensino Fundamental e Médio). Elas melhoram significativamente a qualidade da educação, envolvem os alunos de maneiras novas e interessantes, além de prepara-los para um mundo cada vez mais digitalizado.

Segundo Parreira Júnior, as TICs permitem vivenciar um modelo participativo no processo pedagógico, transformando o papel do professor que deixa de ser a fonte única do conhecimento, passando a ser o mediador ou orientador num processo dinâmico e amplo de informação inovadora (2010, p.3).

O uso das tecnologias digitais na educação pode ter um impacto significativo na redução da defasagem pedagógicas. As tecnologias digitais proporcionam acesso a uma ampla gama de recursos educacionais como vídeos, aplicativos interativos,

tutoriais online e cursos virtuais. Isso pode permitir que o aluno preencha lacunas em seu aprendizado e avancem no ritmo que são ensinados.

#### 1.4. CONCEITOS IMPORTANTES

**ACESSIBILIDADE** - A acessibilidade na educação básica é um princípio fundamental que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação.

**QUALIDADE DE ENSINO** - A qualidade da educação básica no Brasil é uma questão complexa e desafiadora que envolve uma série de atores sociais, econômicos e políticos. Embora haja esforços contínuos para melhoras da educação no país, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados.

**DEFASAGEM PEDAGÓGICA** - A defasagem pedagógica na escola básica brasileira refere-se ao atraso ou descompasso no aprendizado dos alunos em relação ao currículo escolar e às expectativas de sua série ou ano de estudo.

## 2. A GESTÃO ESCOLAR NO TEMPO PÓS-PANDÊMICO

A gestão escolar deve buscar a qualificação profissional para o exercício da prática educacional e profissional docente, pois visa transferir conhecimentos para a comunidade local, bem como o atendimento à demanda de acessibilidade digital, redução da defasagem pedagógica escolar e a consequente minimização das desigualdades sociais.

Ao gestor da escola, na prática de gestão democrática, cabe oferecer e promover atualizações e aprofundamento do conhecimento tecnológico, indispensável ao exercício do trabalho docente, bem como propiciar formação aos professores em observância às propostas curriculares, visando a construção de uma escola de qualidade, com um ensino que proporcione uma aprendizagem significativa, eficiente e eficaz, melhorando assim o desempenho de todos os alunos. Isso irá garantir a construção do conhecimento, da cidadania e de competências técnicas básicas para a autonomia tão necessária para a vida moderna.

Deve estar acessível ao gestor instrumentações teórico-práticas que possam mobilizar seus professores e sua comunidade para a implantação e implementação da educação inclusiva digitalizada no espaço escolar. Os gestores farão a

multiplicação para seus professores das práticas tecnológicas e digitais no trabalho pedagógico nos seus espaços escolares (social, cultural, comunitário e educacional).

Portanto, a proposição é de buscar identificar as ações e os procedimentos pertinentes e viáveis que possam ser adotados com competência pelo gestor escolar das escolas públicas, considerando a singularidade e a cultura de cada escola no que se refere à conectividade, à inclusão e à acessibilidade digital para a minimização de desigualdades sociais locais e a redução da defasagem pedagógica causada pelo período pandêmico.

O acesso à informação digitalizada e à tecnologia da informação e equipamentos antes era uma necessidade a ser desenvolvida na escola pública ao longo dos próximos anos, entretanto, passou a ser uma necessidade real em alguns meses. A pandemia reforçou a importância da conectividade digital para a condução dos trabalhos da gestão escolar com competência e o sucesso do processo ensino aprendizagem.

O trabalho didático-pedagógico com conectividade e inclusão digital dos alunos e das comunidades circunvizinhas à escola é o ponto de partida para o fazer pedagógico que busca ampliar o conhecimento reflexivo das comunidades escolares, em especial as escolas públicas, que são carentes em conectividade. Portanto, torna-se relevante por tratar de aspectos didático-pedagógicos e, não menos importante, traz ao debate problemas sociais da comunidade escolar que são de importância maior para a redução das desigualdades sociais e desenvolvimento socioeconômico das pessoas que residem em áreas próximas às escolas, pois a capacidade de ler e conhecer a realidade do espaço de vivência (escolar e geográfico) do cotidiano é fundamental para a equação e implementação de ações públicas de desenvolvimento social.

A nova gestão escolar que busca estimular o desenvolvimento de uma educação cidadã, participativa e emancipadora deve conjugar a demanda da sociedade tecnológica da informação com a realidade local da comunidade escolar.

A educação é um processo organizado, sistemático e intencional, ao mesmo tempo em que é complexo, dinâmico e evolutivo em vista do que se demanda, não apenas um grande quadro funcional, como também a participação da comunidade, dos pais e de organizações diversas para efetivá-lo com a qualidade necessária que

a sociedade tecnológica da informação e do conhecimento demanda (LUCK, 2009, p. 19).

É notória a busca de uma nova postura de comprometimento do profissional da educação (gestores e professores) com a informação de acesso às tecnologias digitais e direcionamento do ensino para a participação democrática e de acessibilidade da comunidade escolar. O profissional docente competente é caracterizado da seguinte forma:

- domina determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico que traduz o compromisso ético e político com os interesses da maioria da população brasileira;
- é capaz de perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere, assumindo, assim, seu compromisso histórico (BRZEZINSKI, 1996, p. 200).

À medida que a escola básica começa a se recuperar e a retomar a normalidade, a gestão escolar está sendo moldada de maneira diferente. A pandemia (COVID-19) teve impacto no setor educacional, forçando escolas e instituições de ensino a se adaptarem às novas formas de ensino, aprendizado e administração. Aqui estão algumas considerações importantes para a gestão escolar no tempo pós-pandêmico:

1. **Hibridação do Ensino:** a pandemia acelerou a adoção de modelos de ensino híbrido, nos quais a aprendizagem presencial e online se combinam. A gestão escolar precisa continuar aprimorando esses modelos, garantindo que os alunos tenham acesso a recursos de aprendizagem com qualidade na escola e em casa.

2. **Tecnologia e infraestrutura digital:** A pandemia destacou a importância da infraestrutura tecnológica nas escolas. A gestão deve continuar investindo em dispositivos, conectividade à internet e a plataformas de ensino online para garantir a continuidade do aprendizado mesmo em situações de interrupção.

3. **Bem estar social e emocional:** A crise sanitária teve um impacto significativo na saúde mental dos alunos, professores e equipe escolar. A gestão escolar deve priorizar programas de apoio psicossocial, treinamentos para lidar com questões emocionais e a criação de um ambiente de apoio emocional.



4. Flexibilidade curricular: A experiência da pandemia destacou a necessidade de flexibilidade nos currículos, permitindo que os educadores adaptem os conteúdos para atender as necessidades dos alunos. A gestão escolar deve promover a criação de currículos mais dinâmicos e relevantes.

5. Avaliação alternativa: As formas tradicionais de avaliações foram desafiadas durante a pandemia. A gestão escolar deve explorar métodos de avaliação alternativos que levem em consideração as habilidades do século XXI, como a resolução de problemas, pensamento crítico e colaboração. Segundo Gasparin (2011), os professores, em sua ação cotidiana, defrontam-se com novas exigências pedagógicas, que são frutos dos novos processos do trabalho e do desenvolvimento da ciência que requerem uma configuração do processo pedagógico, especialmente no campo da avaliação.

6. Capacitação docente contínua: As tecnologias e as abordagens de ensino evoluíram rapidamente durante a pandemia. A gestão escolar deve continuar oferecendo treinamento e desenvolvimento profissional para os educadores, para que eles estejam preparados para utilizar as melhores práticas de ensino.

7. Comunicação transparente: A comunicação eficaz entre a gestão, professores, pais e alunos é fundamental. A gestão escolar deve manter canais de comunicação abertos e transparentes para garantir que todos os envolvidos estejam atualizados sobre as políticas, mudanças e decisões relacionadas à educação pós-pandêmica.

8. Aproveitamento das lições aprendidas: A pandemia trouxe à tona muitas lições sobre resiliência, adaptabilidade e inovação. A gestão escolar deve identificar e aplicar essas lições para criar sistemas educacionais mais robustos e preparados para enfrentar futuros desafios.

### **3. OS DESAFIOS DOS PROFESSORES PARA INCORPORAREM NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO BÁSICO NO TEMPO PÓS-PANDÊMICO**

O professor é elemento fundamental para o sucesso do projeto pedagógico da escola, é quem está mais próximo fisicamente do aluno, é a ele que o educando vai recorrer quando sentir-se inseguro ou desconfortável diante do processo de aprendizagem. É uma questão de suporte psicoeducacional.

Analisando o cenário atual das escolas, vivenciamos um paradoxo, pois todos têm acesso a esse espaço, porém a permanência com equidade ainda necessita de adequações, para garantir o atendimento das reais necessidades de cada aluno. Assim, surgem várias demandas que devem ser atendidas, e novas ações que devem ser articuladas, procurando atuar no paradigma da aprendizagem, de uma escola inclusiva e digitalizada, na qual as pessoas são reconhecidas e respeitadas em suas especificidades e não apenas pelo acesso digital individual. A inclusão de todos na escola é um direito social que deve estar contextualizada e deve ser contemplada nos projetos educacionais da escola.

Quais os desafios dos professores para incorporarem novas tecnologias no ensino? Entre as principais dificuldades apontadas pelos educadores, está a formação continuada do docente, insuficiente para área digital. As novas tecnologias ajudam no aprendizado a partir do momento conhecimento. em que o professor se apropria desse conhecimento.

A pandemia da COVID-19, acentuou a diferença entre aqueles alunos que tinham mais dificuldades de aprender, exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar às novas tecnologias, às novas metodologias e transformou-se. Agora é preciso estabelecer metas de aprendizagem diferentes para crianças e adolescentes com níveis de aprendizado diferentes.

Que habilidades o professor deve desenvolver diante do desafio da cultura digital e das novas tecnologias na educação? Os professores precisam desenvolver habilidades de comunicação no geral, mas, em especial, em mídias sociais. Somente assim estará habilitado para causar impactos positivos; educacionar nos currículos escolares; e ampliar possibilidades didáticas, inserindo ferramentas digitais como forma de contemplar o material didático e buscar constantemente melhoria da qualidade do ensino.

O papel do professor diante das novas tecnologias educacionais é ter a mente aberta e abraçar os avanços tecnológicos, utilizando-os em proveito próprio e em benefício de seus alunos.

A escola contemporânea assume importante papel - resultado de uma transformação que é continuamente impulsionada por buscas de inovações tecnológicas. Concomitantemente, a evolução e mudanças na educação de modo

geral, mais um dos desafios impostos para essa escola que aí está é a educação que contempla o uso pedagógico das ferramentas digitais.

Assim, o professor tem de lidar com os dilemas do fracasso escolar, do trabalho com toda a classe e atenção individual a cada estudante, com o cumprimento das propostas curriculares, conteúdos e disciplinas; com as questões cognitivas e afetivas, e assim por diante. A atenção às diferenças no contexto da escola é um conceito amplo, portanto, compreender e reconhecer as diferenças é fundamental, inclusive os aspectos de (in)acessibilidade digital.

Diante desse contexto social, político e histórico de pós-pandemia, a educação brasileira tem vivenciado, ao longo das últimas três a quatro décadas, nessa última, uma maior exigência junto ao professor, para que ele modifique suas práticas de atuação com as diferenças que são consoantes aos seres humanos e isso não há como discutir. Sejam diferenças de raças, deficiências, gêneros, dentre outros, mas que no bojo de uma sala de aula exige uma práxis, que é complexa.

#### **4. APARATO JURÍDICO: APONTAMENTOS LEGAIS PARA TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A conectividade social e o acesso às novas tecnologias digitais são um direito fundamental do homem. O direito à internet e às novas tecnologias digitais deve estar acima de todos os outros, pois, nos dias atuais, é cada vez mais comum que seja por meio dele que os outros direitos funcionem adequadamente (NONATO2020).

A ONU - Organização das Nações Unidas - trata do direito à informação e do direito à propriedade intelectual através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Artigo 19: Todos os seres humanos têm direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (UNICEF, 2022, *online*).

No Brasil (1988), a Constituição Federal determina o acesso à informação vinculado ao exercício profissional. O Artigo 5º, inciso XIV, diz o seguinte: "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional" (BRASIL, 1988, *online*). Entretanto, apesar da

Constituição Federal, da liberdade de informação e do acesso à informação, a Carta Magna não menciona o acesso à internet.

O exercício de direitos fundamentais, como o direito à educação, dentre outros, torna-se mais complexo e eficaz com a utilização das redes digitais conectadas. A inclusão digital toma a forma de políticas públicas e de contornos de obrigatoriedade do Estado brasileiro para com seus cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN 9394 (BRASIL, 1996) incorpora à realidade da educação brasileira o caráter democrático participativo e de inclusão social, objetivando a redução das desigualdades e adequação de novas estruturas internas da escola pública.

A escola contemporânea deixa de ser uma instituição apenas formadora de alunos ou "pequenos futuros cidadãos" e passa a ser formadora de um corpo de entendimentos estabelecidos através do consenso interno da própria comunidade escolar, o que, no caso brasileiro, inclui diretores, pais, professores, funcionários e alunos. Nesse sentido, a construção social de novas realidades vincula-se a uma cultura local (BOTHER, 2003).

Nesse contexto de inovação e transformações, a prática escolar tende a ser corporativa, além da sala de aula; propõe-se uma educação reflexiva de qualidade e voltada para o ensino, pautada no paradoxo da aprendizagem. Tal rearranjo alavanca a inclusão digital e o uso de tecnologias da informação como ferramentas fundamentais para a inclusão social e a inserção na sociedade local e na cidadania amplificada.

Segundo Martini (2003), diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - Casa Civil - Presidência da República, o que se objetiva tão somente é o uso livre da tecnologia da informação, com ampliação da cidadania, o combate à pobreza, a garantia da privacidade e da segurança digital do cidadão, a inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local.

Apesar das orientações legais do sistema educacional brasileiro a década do ano 2000 caracteriza-se com políticas públicas de inclusão digital e tecnologias da informação pouco implementadas e uma inclusão social nas comunidades escolares deficitárias, a escola pública assume formas de organização pouco comunicativa.

O modelo de organização apresenta-se como um misto entre o modelo democrático proposto pelo sistema educacional e os resquícios herdados culturalmente

do modelo burocrático, acrescentando-se ainda a emergência das relações interpessoais (BOTHER, 2004, p. 14).

Objetivando assegurar as condições necessárias para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica para o ensino básico e implementar programas de apoio técnico e financeiro, para promover a inovação tecnológica na educação básica.

O decreto nº 9.204/17 instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada.

Artigo 1º Fica Instituído o Programa de Inovação de Educação Conectada em consonância com a estratégia 1.517/15 do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica.

Artigo 2º - O Programa de Inovação Educação Conectada visa conectar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias para inserção da tecnologia, como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de Educação Básica.

Parágrafo único - A execução do Programa de Inovação Educação Conectada se dará em articulação com outros programas apoiados, técnica ou financeiramente, pelo Governo Federal, voltados a inovação e a tecnologia na educação (BRASIL, 2017, *online*).

Porém, as práticas docentes esbarram em entraves estruturais e culturais que têm origens na escola burocrática, de desvalorização da profissão docente e da desfiguração da identidade profissional do trabalhador docente. O trabalho docente é de competência coletiva e participativa, sem a qual a escola não se desenvolve.

É necessário que se compreenda que a profissão docente e o seu desenvolvimento constituem um elemento fundamental e crucial para assegurar a qualidade de aprendizagem dos alunos (MARCELO, 2009).

Com princípios de diversidade social e cultural, pluralidade e equidade, a lei 12.965/14 estabelece a regulação do uso da internet no Brasil (MOTA *et al.*, 2012).

Também chamada de Marco Civil da Internet, a lei 12.965/14, de 23 de abril de 2014, estabelece princípios e garantias do uso da internet e disciplina o uso deles.

Artigo 1º - Esta lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Artigo 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como - fundamento o respeito à liberdade de expressão bem como: Inciso II - Os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o

exercício da cidadania em meios digitais; Inciso III-A pluralidade e a diversidade.

Artigo 3º A disciplina do uso da internet do Brasil tem os seguintes princípios:

Inciso - Garantir a liberdade de expressão, comunicação manifestação de pensamento nos termos da Constituição Federal.

Artigo 4º A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção:

Inciso I-O direito de acesso à internet a todos (BRASIL, 2014, *online*).

Não menos importante é estabelecer conexão da realidade da escola pública com o atual rearranjo causado pela pandemia, no sentido de estabelecer procedimentos pedagógicos que se revistam de qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Segundo o relatório técnico "Trabalho Docente nas Escolas Públicas em Tempo de Pandemia", de agosto de 2020, do grupo de estudos sobre "Políticas Educacionais e Trabalho Docente", da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG) coordenado pela professora Dalila Andrade Oliveira:

[ ] a pandemia de coronavírus (Covid-19) tem impactado fortemente os sistemas em todo mundo, ensejando novas situações de trabalho. Além de complexas questões pedagógicas relativas ao ensino remoto, a discussão envolve o tema da infraestrutura, das condições sociais de saúde de toda a comunidade escolar e também as questões relativas à formação e às condições de trabalho dos profissionais de educação que se encontram na linha de frente da reorganização escolar (GESTRADO/UFMG, 2021, *online*).

Há muitos desafios a serem enfrentados, sobretudo no contexto atual de retrocesso dos direitos e acentuação da desigualdade social que ainda tende a se intensificar. Alguns deles se evidenciam nas transformações culturais que vivenciamos ao longo das últimas décadas, especialmente quando olhamos para o universo comunicacional, em termos pós-pandêmico.

As crianças e adolescentes, dos quais o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - fala nos anos 1990, tinham acesso a aparatos tecnológicos e interagem com os conteúdos midiáticos de diferentes maneiras, em comparação ao que observamos hoje. Vivemos em um ecossistema comunicacional que altera significativamente nosso modo de ser, de estar, de agir e de perceber o mundo (LOPES; PARENTE, 2020).

Devemos estar atentos à importância da cidadania comunicativa de nossas crianças e adolescentes, pois é fundamental que os direitos à educação, à informação, à conectividade e à inclusão digital e social sejam inseridos e difundidos no sentido de diminuir as desigualdades sociais.

## **5. CONCLUSÃO**

### **O DIREITO À INCLUSÃO DIGITAL E A ESCOLA BÁSICA NO TEMPO PÓS-PANDÊMICO**

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está na Constituição Federal de 1988, mas que ainda não se tomou realidade para milhares de crianças e adolescentes que se apresentam desconectados das mídias digitais e em situação de inacessibilidade digital.

O olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida se não favorecer, em todas as áreas da formação humana, o respeito à diversidade, que a constitui enquanto sociedade de classes.

A educação tem, nesse cenário papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento das competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania com o uso das novas tecnologias digitais.

No cotidiano escolar, crianças e jovens, enquanto atores sociais, têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que esse objetivo seja alcançado, a escola precisa atuar de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem pautado no acesso às ferramentas digitais, e objetos de aprendizagem como complemento ao processo de ensino.

Sendo assim, a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

A escola pública, em nosso país, geralmente faz parte de uma rede, o que, historicamente, a manteve em uma situação de dependência administrativa, funcional e até mesmo pedagógica, limitada na autonomia e controlada sob mandatos. No que se refere ao professor, sua liberdade de ação se restringiu, nas últimas décadas, às ações internas das salas de aula.

Tal situação, na realidade, limitou, e até mesmo impediu, o desenvolvimento de ações coletivas compromissadas com a atenção individualizada que a educação requer. A construção da escola digitalizada exige mudanças nessa cultura e nas suas práticas pedagógicas.

As dificuldades somente poderão ser eliminadas por meio da convicção de mudanças da vontade política, da construção de novas formas de relacionamentos no espaço escolar, que é único, levando em conta o potencial subjetivo e o interesse de cada aluno.

Portanto, a construção da escola básica implica em transformações no contexto educacional brasileiro: transformações de ideias, de atitudes, dia prática das relações sociais, tanto no âmbito administrativo como no didático pedagógico, com o incremento das novas tecnologias digitais na escola básica.

## REFERÊNCIAS

BEIRA, D.; NAKAMOTO, P. A Formação docente inicial e continuada prepara os professores para o uso das tecnologias de informação a comunicação (TICs em sala de aula. In: **Anais do Workshop de Informática na escola**. 2016. p.825.

BOTHER, A. H. A. Autonomia e ética na gestão escolar. **Revista Portuguesa de Educação**, v.16, n.1, p.121-135, 2003.

BOTHER, M. H. B. **A escola como organização comunicativa**. 2004. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9394/96 de 02 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores** (Magistério: formação e trabalho pedagógico). 1. ed. Campinas: Papyrus, 1996.



COSTA, S. R. S.; DUQUEVIZ, B. C.; PEDROZA, R. L. A. Tecnologias digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos motivos digitais. **Psicol. Esc. Educ.**, v.19, n.3, 2015.

**Declaração Universal do Direitos Humanos** - ONU - Organização das Nações Unidas, 1949.

GASPARINI, J. L. **Avaliação na perspectiva Histórico-Crítica**. Pontifícia Universidade Católica UC; Curitiba, 2011.

GESTRADO/UFMG. Grupo de Estudos sobre Política Educacional. Trabalho Docente em Tempos de Pandemia - Relatório Técnico. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 700-716, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1256>. Acesso em: 28 jan. 2023.

LOPES, M. F.; PARENTE, C. **O direito à comunicação nos 30 anos do ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação e cidadania**. Observatório da Imprensa. PROJOR; 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/o-direito-a-comunicacao-nos-30-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 29 Jan. 2023.

LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MARCELO, C. Desenvolvimento profissional decente: passado e futuro. **Revista Ciência da Educação**, v.2, n.8, p.7-22, jan-abr., 2009.

MARTINI, R. Instituto Nacional de Tecnologias da Informação. Casa Civil - Presidência da República. **Inclusão digital e inclusão social**. Brasília: 2003.

MOTA, V. M. V., et al. Informática educativa nas escolas públicas no município de Uberlândia e o perfil do professor do laboratorista: um processo de inclusão. **Cadernos da FUCAMP**, v.7, n.2, p. 37-61, 2012.

PARREIRA JUNIOR. W. M. **Novas oportunidades no Ensino-Aprendizagem**. 2010. p.03.

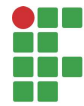
UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29 Jan, 2023.

*Periódico de Pesquisa e  
Trabalhos de Conclusão de Curso  
IFTM – Campus Uberlândia Centro*

**2023**



**ISSN: 2526-2041**



## **Copyright 2023**

IFTM – Campus Uberlândia Centro  
Todos os direitos reservados

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(s) autor(es) de cada artigo.

Este trabalho está sujeito a direitos de autor. Todos os direitos são reservados, no todo ou em parte, mais especificamente os direitos de tradução, reimpressão, reutilização de ilustrações, recitação, emissão, reprodução em microfilme ou de qualquer outra forma, e armazenamento em bases de dados. A permissão para utilização deverá ser sempre obtida do IFTM Campus Uberlândia Centro. Entrar em contato no e-mail: [pesquisa.udicentro@iftm.edu.br](mailto:pesquisa.udicentro@iftm.edu.br).

### **Diretora Geral do Campus**

Lara Brenda Teixeira Campos Kuhn

### **Coordenadora Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus**

Daniela Portes Leal Ferreira

### **Coordenador de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Campus**

Walteno Martins Parreira Júnior

### **Bibliotecária**

Márcia Aparecida Bellotti Camborda

### **Comitê Científico**

Bruno Queiroz Pinto  
Danilo Custódio de Medeiros  
Fabrício Gomes Peixoto  
Gyzely Suely Lima  
Karina Estela Costa  
Mayker Lázaro Dantas Miranda  
Walteno Martins Parreira Júnior

### **Capa**

Alexandre Miranda Machado  
Alvaro Tavares Latado  
Arthur Augusto Bastos Bucioi  
Vinicius Carvalho Cazarotti

## SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>3</b>
<b>Trabalhos de Conclusão de Curso de Pós-Graduação .....</b>	<b>5</b>
<b>Gestão Escolar e a Música: O Impacto da Musicalização Desenvolvida pela Banda Sinfônica Maestro Victal Reis no Âmbito Escolar Montealegreense .....</b>	<b>6</b>
Keila Abadia Pires Gonçalves, André Luís Oliveira	
<b>Novo Cenário no Ensino Básico: Adequações, Transpormações e Perspectivas Para A Educação Pós-Pandêmica .....</b>	<b>22</b>
Wanderley David Lopes, Walteno Martins Parreira Junior	
<b>Projetos de Pesquisa .....</b>	<b>39</b>
<b>A Velha e a Nova Sociopolítica do Cabelo Crespo .....</b>	<b>40</b>
Anna Júlia Lourenço de Souza, Karina Estela Costa	
<b>Pesquisas Brasileiras Envolvendo Enzimas Derivadas de Organismos Marinhos: um Recorte Temporal Sobre a Produção Científica .....</b>	<b>67</b>
Enzo Bragato Alves Martins, Héberly Fernandes Braga	
<b>A Robótica Educacional Aplicada em Atividades Didático-Pedagógicas ....</b>	<b>81</b>
Walteno Martins Parreira Júnior, Cristiano Borges dos Santos, Carlos Magno Medeiros Queiroz, Fernando Guimaraes Silva	